



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

ELIANE TORRES TIMO

**A DIVISÃO SOCIAL ENTRE “CULTOS” E “IGNORANTES”:
UM ESTUDO CONTRASTIVO ENTRE GRAMÁTICAS
TRADICIONAIS, ESCOLARES E CIENTÍFICAS.**

**Brasília
2013**

ELIANE TORRES TIMO

**A DIVISÃO SOCIAL ENTRE “CULTOS” E “IGNORANTES”:
UM ESTUDO CONTRASTIVO ENTRE GRAMÁTICAS
TRADICIONAIS, ESCOLARES E CIENTÍFICAS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto

Orientadora: Profa. MSc. M^a Del Pilar Tobar Acosta

**Brasília
2013**

ELIANE TORRES TIMO

**A DIVISÃO SOCIAL ENTRE “CULTOS” E “IGNORANTES”:
UM ESTUDO CONTRASTIVO ENTRE GRAMÁTICAS
TRADICIONAIS, ESCOLARES E CIENTÍFICAS**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto

Orientadora: Profa. MSc. M^a Del Pilar Tobar Acosta

Brasília, 8 de maio de 2013.

Banca Examinadora

Prof. Edineide dos Santos Silva

Prof. Gilson Ciarallo

Ao meu esposo, que durante todo o transcorrer do curso, não mediu esforços
em todos os sentidos, para que o meu objetivo fosse alcançado.
Aos meus filhos Rafael, Lorena e Lahísa, que souberam compreender meus
momentos de ausência, retribuindo-os com palavras de carinho e incentivo.
Aos tais, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTO

A Deus, que esteve presente em todos os momentos, dando-me capacidade e tornando possível a realização deste trabalho.

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos
nós ignoramos alguma coisa. Por isso
aprendemos sempre.”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho procurou desenvolver um estudo sobre como “norma culta” do Português do Brasil, como um fator arbitrário na divisão de cultos e ignorantes, acarreta sérios problemas sociais a partir do preconceito que enseja. O trabalho foi feito a partir de uma revisão bibliográfica, levantando questões acerca da variação linguística do Português do Brasil e sobre a dicotomia entre língua padrão/alvo e preconceito linguístico. Tendo essa revisão como ponto de partida epistemológico, procedemos a um estudo contrastivo de diferentes tipos de gramáticas – tradicionais, escolares e científicas. Cada um desses tipos responde a objetivos sociais particulares e são baseadas em/formulam distintos conceitos de língua(gem), o que justifica a análise comparativa de como abordam determinados processos linguísticos. Nesse sentido, nosso foco recai sobre as diferenças e semelhanças no tratamento conferido pelas gramáticas no que concerne à colocação pronominal no Português Brasileiro. Objetivamos, com isso, investigar como as diferentes epistemologias sobre a língua(gem) instanciam descrições dos dados da língua e prescrições do que deveria ser a variedade culta.

Palavras-chave: Gramática Tradicional. Gramática Escolar. Gramática Científica. Variedades da língua. Preconceito linguístico.

ABSTRACT

The present work aimed to develop a study about how the 'standard norm' of Brazilian Portuguese, as an arbitrary factor in the division between the educated and the ignorant, brings about serious social problems given the prejudice it results in. This work has been carried out using bibliographic review, raising questions about linguistic variation in Brazilian Portuguese and about the dichotomy between standard/target language and linguistic prejudice. By using this review as the epistemological starting point, we conducted a contrastive study of different types of grammars – traditional grammars; school grammars; and scientific grammars. Each one of these types of grammars serves a particular social purpose and they are based on and/or formulate distinct concepts of language, which justify the comparative analysis of how they approach certain linguistic processes. In this sense, our focus falls upon the differences and similarities in the way grammars deal with the processes of pronoun collocation in Brazilian Portuguese. We intended, therefore, to investigate how different epistemologies on language instantiate language data descriptions and prescriptions of what is supposed to be the standard variety.

Keywords: Traditional Grammar. School Grammar. Scientific Grammar; Language Varieties; Linguistic Prejudice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 VARIAÇÃO, GRAMÁTICA(S) E ENSINO	11
1.1 Gramática Tradicional	14
1.2 Gramática Escolar	17
1.3 Gramática Científica	19
2 RETROSPECTOS TEÓRICOS: EPISTEMOLOGIA SOBRE VARIAÇÃO, DESCRIÇÃO E ENSINO	21
2.1 Variação e Preconceito Linguístico	21
2.2 Estudos Gramaticais (Científicos)	24
2.3 Ensinos da Língua Materna e Influência das Correntes Tradicional e Científico	26
3 Ensinos da Língua Materna e Influência das Correntes Tradicional e Científico	28
3.1 Justificativa e objetivos	28
3.2 Composição de Corpus	30
4 O CONTRASTE ENTRE TRADIÇÃO, PRÁTICAS EDUCACIONAIS E INOVAÇÃO CIENTÍFICA POR MEIO DA ANÁLISE DE GRAMÁTICOS	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Esta monografia foi elaborada a partir de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de língua(gem), variação linguística e preconceito linguístico encontradas tanto em gramáticas (rótulo genérico) – Tradicionais, Escolares e Científicas –, quanto em trabalhos consagrados no campo da linguística. Entendemos que essas questões fomentam um grande embate entre a tradição normativa da linguagem que ainda persiste nos mais distintos campos da atividade humana – práticas de ensino/aprendizagem; seleção de candidatos/as para concursos públicos, práticas midiáticas, entre outras – que resiste às inovações tecnológicas e de conhecimento que são construídas pela ciência linguística.

Almejamos, com isso, traçar uma reflexão sobre a maneira como especialistas, que refletem sobre as relações entre linguagem e sociedade, compreendem as implicações do preconceito linguístico para o ensino de língua. Como qualquer outro elemento da vida humana, a linguagem também se modifica através dos tempos, sendo possível defini-la como um todo orgânico que por meio da ação social ganha vida, sofrendo as mais diversas transformações.

O rótulo ‘gramática’ reúne uma diversidade muito grande de abordagens, por vezes diametralmente opostas, como as de estudos da língua que buscam tornar menos complicado o letramento em face de pressões conservadoras que impõem normas. Em meio a esse confronto, está a atividade da docência de língua materna, e a produção de livros didáticos e paradidáticos, tais como as gramáticas escolares.

Nessa perspectiva, nossa pesquisa visa contrastar as diferentes descrições/prescrições disponíveis nas obras: *Nova Gramática do Português*

Contemporâneo, de Cunha e Cintra (2009), *Gramática Reflexiva* de Cereja e Cochar (2009) e *Gramática pedagógica do Português do Brasil*, de Bagno (2011). Cada uma dessas gramáticas responde a um determinado tipo, respectivamente à Gramática Tradicional (GT), à Gramática Escolar (GE) e à Gramática Científica (GC). O presente texto é o relatório de uma pesquisa de especialização em Revisão de Texto e nele, propus fazer uma análise contrastiva das referidas gramáticas, focalizando a descrição/ normatização/ de pronomes.

Desse modo, esta monografia divide-se em quatro seções: no primeiro capítulo, apresentamos uma delimitação dos objetos desta pesquisa; no segundo, retomamos os apartes teóricos basilares empregando pesquisas e análise de dados; no capítulo três, expomos a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos que foram utilizados; e, por fim, no capítulo quatro, abordamos as análises das gramáticas em foco.

1 VARIAÇÃO, GRAMÁTICA(S) E ENSINO.

Como observado na Introdução desta monografia, diferentes objetivos sociais instanciam perspectivas epistemológicas distintas que, no caso do ensino de língua materna, resultam na formulação de obras que descrevem a língua a partir desses prismas, e resultam em práticas de conservação ou de avanço. Nesse sentido, compreender as diferenças entre as concepções de língua(gem), de gramática e do sujeito da língua articuladas/sustentadas pelas gramáticas que focalizamos, nos permite delinear as características mais elementares que diferenciam essas obras.

No caso da GT, Cunha e Cintra (2009) definem língua a como um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Sendo a expressão da consciência de uma coletividade, a Língua é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpetua evolução, paralela à do organismo social que a criou.

Já para a GE – Gramática Escolar que é adotada pelas escolas na incumbência de levar uma estudo monitorado pela tradição que vem desde as raízes europeias, seguindo o mesmo conceito da GT a partir desse prisma, é possível dizer que a GE acaba se apoiando na tradição, sustentando a ideia de unidade da língua, em oposição à compreensão de variedade.

Essa percepção da variação linguística como sendo constitutiva e essencial para qualquer língua é a base fundamental para a formulação do conceito de língua expresso em Gramáticas Científicas. Os autores destas gramáticas, Ataliba Castilho e Marcos Bagno, pretendem dar continuidade à questão do ensino por meio da língua materna em que a GT servirá de base para o conhecimento de uma nova perspectiva do PB e que dela surgirá novos conhecimentos para o domínio da sua própria língua.

Para Cereja e Cochar (2009), trata-se de um conjunto de sinais e de leis combinatórias, por meio dos quais os membros de uma comunidade se comunicam e interagem. Sobre a GC, Bagno (2011) define que a gramática de uma língua nunca está pronta e acabada, seus elementos sofrem constantes e interruptos processamentos cognitivos. Sujeita à variação e a mudanças. A Língua não é um todo homogêneo, um sistema único, mas sim um polissistema. Sujeita a variação social.

Nessa perspectiva, a língua não é usada de modo homogêneo por todos os seus falantes, seu uso varia conforme a época – diacrônica –, a região – diatópica –, a classe social – diastrática –, entre outras possibilidades (CASTILHO, 1998). Da mesma maneira, um/a único/a falante, para ser amplamente competente em sua língua, deve dominar inúmeras variedades, sendo, assim, um poliglota na própria língua (COELHO, 2007). Nesse sentido, quanto maior o domínio da variedade de uma língua, maior será a capacidade de adequá-la a qualquer situação.

Assim, dependendo da situação, uma mesma pessoa pode usar diferentes variedades de uma só forma da língua, isso mostra que a Português do Brasil, como todas as línguas do mundo, não se apresenta de maneira uniforme em todo o território brasileiro, ela se manifesta em todos os níveis de funcionamento da linguagem.

A partir desse primeiro contraste, é possível afirmar que, em função dos conceitos de língua(gem) e de gramática da língua, a formulação de obras descritivas e/ou prescritivas – gramáticas – apresenta grandes distinções. Como supracitado, grosso modo, existem gramáticas tradicionais, escolares e científicas. Passo à sua descrição e conceptualização em seguida.

O ideal de uniformização da língua, com ênfase no "geral" e não nas

particularidades regionais, gera assim a desigualdade linguística que discrimina aqueles que não dominam as regras e a língua portuguesa imposta pela GT. Sobre isso, gostaríamos de lembrar uma frase de José Ramos Tinhorão¹ (1998, p. 13): “o que se chama de universal é o regional de alguém imposto para todo mundo”. À luz dessa concepção, podemos compreender que a definição de uma variedade particular como sendo a única válida, “certa”, “bonita”, e que, por conseguinte, é alçada ao posto de “norma padrão” (MIOTO et. al., 2000), resulta na restrição do conceito de língua que tem implicações sociais. É dizer, a definição do que é a língua resulta na segregação de grupos sociais: cultos e ignorantes.

O que define o pertencimento a um ou a outro grupo é o acesso a essa variedade padrão, sendo que o que define esse acesso é o poder sócio-político-econômico, temos a configuração de uma apartação social (BUARQUE, 1993) a partir do domínio da língua, ou, mais especificamente, de uma determinada variedade, arbitrariamente selecionada para ditar a norma.

O conceito de variação linguística, amplamente difundido entre os/as estudiosos/as da linguística, acaba não ressoando na sociedade como um todo, em função da repetição da tradição que visa à manutenção da norma imperativa sobre as demais formas de língua. Os estudos linguísticos ainda não chegaram ao grande público – é evidente o pouco conhecimento desta área por parte do grande público e a forma distorcida pela qual este conhecimento é repassado e entendido (principalmente pelas práticas educacionais e pela mídia), pautando-se em um suposto “falar correto”, que representaria uma superioridade intelectual.

Tendo em mente o conceito de língua como sendo um conjunto de

¹ José Ramos Tinhorão é historiador e crítico musical.

variedades, para “a ciência linguística [...] o bom uso da língua é aquele que é adequado às condições de uso”, não se restringindo a uma única variedade. Ou seja, o/a falante competente adequa o uso – articulando diferentes variedades - ao contexto fala. A imutabilidade, a fixidez, nesse sentido, não condizem com a organicidade das línguas, somente uma língua artificial poderia ser uniforme.

1.1 Gramática Tradicional

A Gramática Tradicional (GT) é conceituada como um conjunto de regras, de reflexões e de classificações a respeito da língua. Ensinar a falar e escrever seria ensinar as regras da gramática tradicional (normativa), por meio de um rol de nomenclaturas imprecisas (BAGNO, 2011).

A esse respeito, Miotto *et. Al.* (2000, p. 18) observam que:

Qualquer teoria, quer ela reivindique ou não para si o estatuto de teoria, implementa uma metalinguagem para que seja possível falar em termos abstratos dos fenômenos que ela quer estudar. A GT não é exceção: *preposição, sujeito, hipérbato* e tantos outros são usados como termos técnicos, e como tal deveriam ter definição precisa. Você já deve ter comprovado nos seus anos de estudo de português na escola que nem sempre é este o caso. Adicionalmente, as definições normalmente são inadequadas não se aplicando a todos os casos a que em princípio deveriam se aplicar.

Nesse sentido, é possível delimitar que as gramáticas que são agrupadas sob esse rótulo não são científicas, porque, nelas, não há o respeito a procedimentos metodológicos essenciais, tais como o rigor terminológico.

Ademais o que em GTs entende-se por língua é, como vimos, uma das inúmeras variedades que constituem uma língua. Essa variedade é aquela de maior prestígio, ou seja, aquela praticada (em princípio) pelo grupo social de maior prestígio. Antunes (2007, p. 30, grifos originais) observa que:

a gramática é particularizada, ou seja, não abarca toda a realidade da língua, pois contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis

na ótica da *língua prestigiada socialmente*. Enquadra-se, portanto, no domínio do *normativo*, no qual define o *certo*, o *como*.

Isso quer dizer que as GTs têm como objetivo social a manutenção de uma forma linguística ideal.

As gramáticas científicas constituem um componente cultural próprio de toda sociedade letrada e grafocêntrica, cujo objetivo é contribuir para o aprimoramento da sociedade, atendendo às reais necessidades da população integradas à possível transformação de determinadas estruturas. Um dos equívocos no ensino de língua e gramática se dá a partir do momento que se confunde objeto de investigação científica com objeto de ensino da língua.

As primeiras descrições linguísticas conhecidas foram produzidas em obras de gramáticos hindus, no I milênio a.c. na Idade Antiga, era conhecida como Sânscrito (palavra que significa perfeito), por ser considerada uma língua sagrada não podia sofrer nenhum tipo de mudança em sua pronúncia.

A preocupação com a pureza da Língua, ou seja, com as consequências da mudança linguística caracteriza a gramática de Panini e dos restantes gramáticos hindus. Com isso ela vem sendo retomada ao longo dos séculos persistindo nas chamadas gramáticas normativas, nas gramáticas escolares destinadas ao ensino da Língua.

Devido a este conservadorismo é que hoje nos deparamos com gramáticos que persistem em querer ensinar em suas gramáticas regras para decorar e elementos em desuso que para os estudantes obrigados a decorar tudo isso seria, no mínimo, prisioneiros da própria língua, ou melhor, das regras da gramática normativa muitas vezes sem sentido e inúteis. No caso das gramáticas prescritivas que também são extraídas do nada e do gosto do autor

e ainda vem acompanhada do fantasma colonial que ainda assombra nossas concepções de língua e ensino.

Para Marcos Bagno (2011), não há nada que possa ser feito contra a mudança linguística, ela é inevitável e é da própria natureza das línguas, tal como a mudança é da natureza de tudo o que existe na sociedade, no mundo e no universo. É no mínimo irônico ver a tradição purista tentando vencer o invencível: o processamento sociocognitivo da língua por seus próprios falantes nativos, incluídos os puristas! As escolas precisam ser democráticas e democratizadoras, respeitosas da pluralidade cultural e da diversidade humana que compõe a sociedade.

A autora Irlandé Antunes (2007) enumera alguns dos equívocos/mitos do estudo da gramática. São eles:

- Língua e gramática são a mesma coisa;
- Basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso;
- Explorar nomenclaturas e classificações é estudar gramática;
- A norma prestigiada (cult) é a única linguisticamente válida;
- Toda a fala tem que se pautar pela norma culta;
- O respaldo para um novo padrão gramatical, está prioritariamente

nos manuais de gramática.

1.2 Gramática Escolar

As gramáticas escolares (GE) são adotadas para ensinar o português nas escolas, porém em vez dos professores reproduzirem a velha gramática

tradicional, cheia de regras e imposições como um pacote já pronto acabado, poderiam transformar-se em pesquisadores, em orientadores de pesquisas inovadoras junto com seus alunos. Assim suas aulas seriam mais interessantes e participativas, proporcionando ao aluno interesse pelo que está sendo estudado, pois ele também o construirá aplicando estas regras em textos vivos, coerentes bem construídos. Assim também desenvolve o senso crítico e ganhariam com isso o conhecimento de uma língua que poderá ser explorada de diversas maneiras adaptando-a a seu dia a dia. Com isso, surge também outro questionamento, a cerca do ensino de Português do Brasil nas escolas, pois ao educador compete o ensino da gramática, servem de referência para o trabalho de todas as disciplinas nos três níveis de formação escolar dos discentes. Observa-se uma grande dificuldade em relação à aprendizagem, por partes desses, de acordo com a norma culta imposta devido à cultura dos estudantes que, muitas vezes, é incompatível levando os mesmos a concluírem a vida escolar sem saberem ler e escrever adequadamente.

Dessa maneira, o ensino de língua materna pode levar o estudante a, gradativamente, adquirir e dominar os processos da língua escrita, a organização de um texto a partir da incorporação da língua falada no ensino da gramática. A escola “deve trabalhar na direção de uma progressiva sofisticação dos textos, que se caracterizam especialmente pelo domínio das variadas estratégias e de vários gêneros” (Possenti, 2002:33).

A língua materna é precisamente a língua da mãe, a língua que cada pessoa começa a adquirir tão logo nasce e cria o vínculo afetivo-linguístico com a mãe (ou, na falta dela, com a pessoa que venha a preencher esse papel). É uma língua puramente oral – falada e ouvida -, mesmo quando provém da voz de uma pessoa altamente letrada (BAGNO, 2011).

No final do século XIX o Português do Brasil começou a ser ensinado como disciplina curricular nas escolas e faculdades. O português era estudado com a mesma metodologia empregada para o estudo das línguas mortas: palavras soltas e rotuladas com as mesmas classificações herdadas da gramática grega latina. Assim podemos avaliar a diferença do português falado no Brasil e o Português do Brasil estudado.

Há uma grande insatisfação dos alunos quando questionam o porquê de estudarem as regras das gramaticais normativas que não conseguem depois assimilar nada que foi ensinado, professores se preocupando em fazer com que o aluno decore todas aquelas regras, terminologias e classificações inúteis ao aprendizado de um bom usuário da língua.

Os conservadores deste português arcaico insistem em manter a ferro e fogo esta língua que vem se arrastando desde o Império, ainda acusam os linguistas de estarem “matando a língua de Camões”, que acabe de uma vez por todas, a língua é viva, se renova a cada momento, tem necessidade de se desenvolver acompanhar as gerações que desejam se comunicarem livremente, não abandonando a língua padrão de prestígio, pois aprenderá de maneira prazerosa, porque será necessário para que venham se relacionar com todas as classes sociais que delas vierem a participar.

Como consequência das novas concepções de língua e suas implicações no ensino:

- seriam revistos os objetivos do ensino, desde os mais imediatos aos mais abrangentes.
- as bibliotecas, salas de leitura, salas de debate, ganhariam um espaço privilegiado dentro da estrutura escolar.
- as questões de linguagem fariam parte do interesse de todos os

professores.

- Não haveria aulas em separado de gramática, interpretação e redação. Todo esse conteúdo estaria articulado.

- A definição dos programas teria que passar por uma séria revisão.

1.3 Gramática Científica

A Gramática Científica (GC) é rótulo que agrupa produções feitas com base em distintas abordagens científicas de uma língua. No caso, o foco é a Português do Brasil do Brasil (PB).

A Gramática do Português Brasileiro lançada pelo linguista Ataliba Teixeira de Castilho é uma obra de grande importância para a nossa língua, atendendo as necessidades de comunicação, da fala e escrita do povo brasileiro. Nela encontramos o que há por trás das classificações, identificando os processos criativos do português brasileiro. Ela não é vista como uma gramática teórica, porém não impede de usar a teoria para as matérias de pesquisas linguísticas.

Em uma entrevista de Castilho, ele diz:

A questão da língua culta é puramente política. A língua culta é a língua do Estado. A questão é que não há uma diferença muito grande entre a língua culta e a popular, das pessoas não escolarizadas. O que nós notamos nesses últimos anos é que houve uma aproximação bem grande entre ambas. Isso relativizou um pouco este rótulo “língua culta”. Para ele as línguas naturais são o ponto mais alto de nossa identidade como indivíduo e como participantes de uma sociedade.
Reunião Anual da SBPC – 2010 (Publicado em 03/08/2010/ Atualizada em 03/08/2010)

Sua gramática tem como público-alvo os professores do ensino médio certamente visando o trabalho de fazer com que esta língua se propague nas escolas como o início de uma grande renovação da forma de ensinar a Português do Brasil brasileira.

Seria extremamente necessário refletir com esses alunos sobre como essa língua foi adquirida e como eles se desenvolvem ao falar o português. Que mecanismos mentais acionaram para poder falar e escrever. Ou seja, fazer uma espécie de arqueologia da língua que eles já falam e já escrevem antes de tentar aprimorar uma coisa ou a outra.

Deveria sim tirar o foco dessa questão de “língua culta” e se voltar mais para a forma como um falante comum produz a linguagem. É um deslocamento de ponto de vista importante para o ensino, porque não é excludente. Ao contrário, é mais científico e mais interessante.

Em razão da linha teórica seguida pelos autores de trabalhos sobre a gramática do PB as gramáticas serão diferentes. A exemplo, as gramáticas de Perini (2010) e Castilho (2012) seguem a perspectiva epistemológica gerativista.

Já a Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, de Bagno (2011) traz uma abordagem sócio-interacionista/ sociolinguista.

2 RETROSPECTOS TEÓRICOS: EPISTEMOLOGIAS SOBRE VARIAÇÃO, DESCRIÇÃO E ENSINO.

Esta seção se subdivide em três subseções: variação e preconceito, descrição e estudos gramaticais e ensino de língua moderna e possíveis consequências das influências tradicionais e científicas.

Apesar da revolução epistemológica provocada pelo surgimento da linguística moderna, o peso da tradição gramatical é muito grande e até hoje a visão que predomina acerca da língua, no senso comum, é aquela que divide as manifestações linguísticas em "certas" e "erradas", atrelando-as, quase sempre, a juízos de valor moral ou, pior, às próprias capacidades cognitivas dos falantes das formas consideradas "erradas". Quem não consegue falar o português "certo" é "ignorante", "atrasado", "primitivo", e já houve mesmo um gramático brasileiro que atribuiu o suposto problema ao "psiquismo inferior" das classes sociais desprestigiadas.

Perante isso, a escola não pode se omitir, como fez por muito tempo, a reconhecer essa realidade tangível que a língua possui. Essa espécie de reconhecimento, de acordo com Bagno, Gagné e Stubbs (2002, p. 17), é fruto de fatores como o surgimento e desenvolvimento da teoria da variação – “cujas investigações puseram a nu a absoluta falta de fundamentação empírica e teórica para o prosseguimento de uma pedagogia linguística centrada na velha noção de erro”.

2.1 Variação e Preconceito Linguístico

Existem inúmeras formas de preconceito, mas um dos talvez mais praticados e menos discutidos seja o preconceito linguístico. Segundo Marcos Bagno (2011), esse tipo de preconceito nasce da ideia de que há uma única variedade do Português do Brasil correta, que é a ensinada nas escolas, que está presente nos livros e dicionários e baseia-se na gramática normativa. Apesar de ser muito importante a existência de uma norma que regulamente a escrita, que a torne homogênea e defina suas regras, a mesma acaba servindo

como instrumento de exclusão social, já que ao não reconhecer a língua como uma unidade viva e mutável, ela passa a ser utilizada como meio de distinção social daqueles que têm acesso à educação, e consequentemente, mais poder aquisitivo, e daqueles que não têm. Além disso, acaba gerando também o preconceito com determinadas construções linguísticas que variam de acordo com as regiões do país.

Dentre tais variações, temos a língua padrão, considerada principalmente pelos gramáticos a variedade de maior prestígio social, variedade linguística usada pelas classes sociais mais privilegiadas de uma determinada comunidade. Variedade ensinada nas escolas, utilizada em jornais, revistas e livros.

Ao aceitarmos a ideia de que a ideologia está intimamente ligada às questões de exploração e dominação da sociedade, segundo as quais aceitaram a inversão da realidade histórica (o falso por verdadeiro, o injusto por justo, etc.), estará concedendo direitos à classe dominante.

Há, porém, um forte desejo de se falar uma língua em que todos possam de forma natural se expressar sem a culpa de estar infringindo a norma estabelecida por uma sociedade elitista que impõe regras que ela mesma tem dificuldade em dominá-las. Assim a maioria dos cidadãos fica de uma forma obrigados a decorar conceitos e regras para não serem ridicularizados ao falarem. Desta forma, a língua padrão, a língua da classe dominante, que obtém o prestígio social passa a ser a única aceitável.

Essa norma padrão – conhecida nas classes literárias e que está ultrapassada na sua forma de escrever, vem carregada de arcaísmo, de fósseis linguísticos de regras que contradiz a todas as formas de expressão da língua

utilizadas pelos falantes. Esta língua é totalmente anacrônica, ainda carrega o conservadorismo literário do passado. Marcos Bagno faz uma comparação muito pertinente a respeito desta norma padrão.

Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a *gramática normativa* é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. (BAGNO, 1999, p. 20)

Houve recentemente uma polêmica sobre um livro didático que foi adotado pelo MEC, chamado por uma vida melhor, da autora Heloísa Ramos, o qual estaria ensinando os alunos a falarem errado, ao reproduzirem erros de concordância. Isso incomodou teóricos da língua alguns educadores e jornalistas. Exemplo disso é o jornalista Alexandre Garcia², que fez um comentário contra o livro e o MEC, criticando-os e afirmando que o órgão fraqueja diante dos insucessos escolares, que flexibiliza demais o ensino e permite o caos que hoje colhemos na educação.

O que a mídia está fazendo neste momento, em contrapartida, é defender "severamente" o preconceito - ato tão grave quanto alguém defender o racismo e o sexismo em nome de "normas de etiqueta".

O aluno precisa saber que a língua é plural e que admite expressões variantes, tendo validade no universo cultural específico. Isso é relevante para educação de um cidadão fundado nos princípios democráticos, reconhecendo esta diferença como parte integrante do respeito à dignidade da pessoa humana.

Entre todas as disciplinas escolares com base científica (biologia, física, matemática, história etc.), os estudos de língua materna são os mais atrasados no país. A causa disso tudo é o fato de inúmeras críticas recebidas tanto de gramáticos normativos como também da mídia.

² Bom Dia Brasil – Rede Globo. 17.05.2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-CpFHYsbjoc>. Acesso em dezembro de 2012.

À linguística, cabe trazer conhecimentos sobre a língua, enquanto a gramática não é científica e não tem condições de trazer conhecimentos sobre a língua. Ela traz apenas normas, ou "etiquetas", como já designou o linguista Sírío Possenti:

É uma discriminação sem fundamento que atinge falantes inferiorizados por alguma razão e por algum fato histórico. Nós o compreenderíamos melhor se nos déssemos conta de que 'falar bem' é uma regra da mesma natureza das regras de etiqueta, das regras de comportamento social. (POSSENTI, 2012)³

A aceitação da diversidade linguística não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão. O reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural.

2.2 Estudos Gramaticais (Científicos)

Perini (2000) mostra que há uma grande necessidade de se elaborar uma nova gramática do português, cuja teoria gramatical reflita uma análise coerente estrutura da língua. A seu ver, uma gramática satisfatória seria aquela que se ocupasse primeiramente da descrição das formas da língua (fonologia, morfologia, sintaxe) e com a explicação do "relacionamento dessas formas com o significado que veiculam" (Perini, 2000:21). É importante ressaltar que ele deixa claro que nenhuma teoria da linguagem é capaz de abarcar todos os fenômenos linguísticos, como acreditam os gramáticos tradicionais. Ao contrário do que dizem esses, Perini defende a ideia de que não é preciso saber

³ Sírío Possenti, 23/11/12. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br>>

gramática (normativa) para ler e escrever adequadamente. No entanto, reconhece a necessidade do ensino formal de gramática com base em dois fatores:

1º) Fator cultural: embora não apresentando um aplicabilidade prática, o conhecimento de determinadas questões gramaticais seria importante para a formação integral do cidadão, semelhantemente aos conteúdos de história, geografia, química, etc.

2º.) Fator de formação de habilidades: o aprendizado da gramática pode contribuir para o desenvolvimento do raciocínio e da prática científica.

Perini insiste que:

Precisamos de melhores gramáticas: mais de acordo com a linguagem atual, preocupadas com a descrição da língua e não com receitas de como as pessoas deveriam falar e escrever. E acima de tudo, precisamos de gramáticas que façam sentido, isto é, que tenham lógica. Que as definições sejam compreensíveis e que sejam respeitadas em todo o trabalho (PERINI, 2002: 56).

Para Ataliba Castilho (1998), a gramática do português brasileiro acrescenta algo a mais a identidade do povo brasileiro, valorizando os traços mais profundo do que somos e como pensamos mundo. Ele acrescenta que as gramáticas devem identificar as regularidades baseadas no uso comum da língua, ao conversarmos, lermos jornais, como cidadãos democráticos. Não quer dizer que iremos excluir a influência das obras literárias, mas seria um absurdo nos basear nelas para descrever uma língua.

A gramática tradicional não deve ser confundida com o que se chama de gramática científica. A GT se destina ao estudo científico da linguagem humana e deve ser usada por estudantes de letras, por professores de português e por pesquisadores que desejam estudar com profundidade a linguagem humana. A gramática científica não se preocupa com a linguagem padrão

escrita, como, de fato, não é objetivo da linguística estudar a linguagem normativa.

2.3 Ensinos da Língua Materna e Influência das Correntes Tradicional e Científico

Da mesma maneira como há diferentes perspectivas teóricas há diferentes posicionamentos no que tange o ensino de língua materna⁴.

A língua materna também se conhece como idioma materno, língua nativa ou primeira língua. Trata-se do primeiro idioma que aprende uma pessoa ou, por outras palavras, da língua que se fala num país, e que é relativa aos naturais/ nativos do mesmo.

A língua materna é, sem dúvida, aquela que se domina melhor, no sentido de uma valorização subjetiva que o indivíduo realiza relativamente às línguas que conhece. Também se trata da língua adquirida de forma natural, através da interação como meio envolvente, sem intervenção pedagógica e sem uma reflexão linguística consciente.

Cabe a escola a orientação do “bom uso” linguístico intensificando uma reflexão cotidiana sobre a linguagem de cada aluno, observando e mantendo as relações entre uso dessa linguagem e atividade de análise linguística e de explicitação da gramática. Como também aplicações distintas das variantes linguísticas, com valores e funções de uso adequado, visto que não há comunidade linguisticamente homogênea.

Bagno (2011) ensina que não podemos forçar os alunos a aceitar a norma-padrão simplesmente por acharmos que ela é melhor para o sucesso

⁴ Neste trabalho, adotaremos L1 como correspondente à “língua materna”.

deles na sociedade. Por outro lado, no entanto, temos a obrigação de demonstrar-lhes as vantagens e desvantagens de se utilizar umas e não outras regras gramaticais.

O preconceito linguístico continua sendo transmitido e preservado pela pedagogia tradicional de língua. Muitas pessoas abandonam a escola por ser chacoteada e constrangida logo que ingressa na escola. Passa ser alvo de discriminação pelo seu jeito de falar. Estes constrangimentos não vêm somente dos colegas de classe, mas também por muitos professores.

A discriminação gera a baixa autoestima linguística que reitera, sustenta e contribui para a manutenção da desigualdade. Esta educação que deveria ser libertadora, contribui para a perpetuação da disparidade social.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, abordaremos as justificativas, os objetivos e a composição do *corpus*.

3.1 Justificativa e objetivos

Por meio de pesquisas em livros e gramáticas pude observar a importância do reconhecimento de uma língua e suas variedades, considerando as diferentes formas de uso desta língua visando um aprendizado mais voltado para realidade do aluno, com vista ao desenvolvimento da competência comunicativa, de maneira que alunos e professores possam trocar experiências para contribuir com um aprendizado múltiplo nas descobertas de formas de se aprender com as diferentes maneiras de se comunicar. Assim parte do princípio de que a Português do Brasil era algo que se configurava como uma grande lacuna no ensino da língua. Esta dificuldade não seria devida apenas à atuação dos professores. Mas de todos que se preocupa com o desenvolvimento dos alunos e com uma língua dinâmica.

O objetivo neste trabalho é relatar por meio de pesquisas que a escola precisa ser um espaço que favoreça a aprendizagem e, principalmente, esteja atenta à identificação e conscientização das variedades linguísticas para um aprendizado satisfatório. Portanto muitos estudos educacionais precisam ser feitos para que possa compreender melhor os fenômenos linguísticos e desenvolver-se uma pedagogia educacional que favoreça a formação de um cidadão crítico e consciente.

Este trabalho se justifica em duas vias: acadêmica e social.

- a) Pelo prisma acadêmico se justifica estudar a maneira como distintas gramáticas tratam os fenômenos da língua. É mister investigar como diferentes perspectivas teóricas e mesmo sociais (políticas) condicionam a produção a produção de livros/ compêndios /etc. sobre a língua PB. As gramáticas científicas do PB são muito recentes.

b) É nevrálgico do ponto de vista social repensar as práticas de ensino.

Ensinar Português não é uma tarefa fácil, temos que repensar sobre as metodologias e as praticas. É necessária uma nova postura do professor com relação a estas mudanças, repensar as práticas e tomar as aulas mais atrativas. Sabemos que a linguagem é dinâmica e o ensino da gramática deve estar ancorado às atividades comunicativas. Todo cidadão de algum modo, faz uso da língua materna com pouco domínio das variedades linguísticas o qual pode resultar em exclusão social, uma alternativa de levar o aluno a se apropriar da língua padrão, sempre fazendo uma reflexão , buscando mais informações para seu crescimento, tornando-o sujeito participativo e crítico da sociedade em que está inserido.

A centralidade da linguagem no mundo contemporâneo faz com que seja imperioso repensar a maneira como tratamos a linguagem na escola. É nesse particular, que entendemos a relevância da análise de gramáticas distintas à escolarização.

Com este estudo viso contribuir para o debate sobre o ensino de Português do Brasil. Investigar como um dos principais gramáticos tradicionais – Cunha e Cintra (2009) em contraste com o que é reproduzido por gramáticos escolares em oposição ao tratamento científica conferido por GC.

3.2 Composição de Corpus

Neste trabalho foram feitas pesquisas em três gramáticas, a saber, Celso Cunha, Lindley Cintra (GT), Marcos Bagno (GC) e Willian Cereja e Thereza cochar (GE). As três gramáticas foram escolhidas com o objetivo central de sistematizar o que cada gramática traz a respeito do Português ensinado nas escolas.

Dando sequência ao exposto, abordo a composição do corpus documental constituído para a produção desta pesquisa. Para tanto, optou-se por uma investigação de carácter documental.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Procedeu-se à seleção de três gramáticas que fossem mais representativas de cada um dos rótulos.

GT – Celso Cunha e Lindley Cintra - já está na 5ª edição com seis reimpressões o que evidencia a grande procura por uma gramática que atenda as exigências da língua tradicional.

A gramática é vista, muitas vezes, apenas como “[...] uma série de ordens a serem obedecidas, porque é assim que é o certo” (PERINI, 2002, p.52) e nenhuma outra explicação é dada, essa concepção amedronta os alunos e os afasta do que deveria ser concebido e aceito como o porquê do ensino da língua.

GE - Gramática Reflexiva- William Cereja e Thereza Cochar – É amplamente difundida concentra aspectos que pertencem tanto à gramática normativa – em seus aspectos prescritivos (normatização a partir de parâmetros da variedade padrão: ortografia, flexões, concordâncias, etc.) e descritivos (a descrição das classes e categorias) – quanto à gramática de uso (que amplia a gramática internalizada do falante) e ainda à gramática reflexiva (que explora aspectos ligados à semântica e ao discurso).

GC- Marcos Bagno – A gramática Pedagógica do Português Brasileiro – mesmo sendo a mais recente – trata-se de um texto que marca a produção de um dos maiores linguistas brasileiros - há outros gramáticos científicos do PB, como observado em 2.2, mas são todos de cunho mais teórico, sendo que a GC

focalizada é a única que propõe uma reflexão acerca do ensino de língua materna. Assim, sendo mais pertinente para este trabalho, pois une a reflexão teórica a uma proposição prática. A GC trata de responder, assim, ao lapso que existe entre os estudos extremamente avançados e numerosos da ciência linguística e a realidade de ensino de L1 nas escolas brasileiras.

Em função de se tratar de uma pesquisa de especialização, não dispusemos de tempo para colher dados e anotações de entrevistas, por isso, delimitamos a comparação à descrição, normatização dos pronomes de caso reto e oblíquo, observando a desinência verbal e a colocação pronominal.

Há uma questão que merece ser observada com relação a colocação pronominal, na escrita observamos em várias gramáticas as regras para o uso destes pronomes, estamos falando da ênclise, próclise e mesóclise, porém a mesóclise passa ser deixada de lado pelo fato de que a língua e as pessoas evoluem, não se houve mais nos dias atuais as pessoas utilizarem este tipo de fala. Dessa forma, no momento de aplicar esses conteúdos nas escolas para o ensino médio, geralmente vemos que não há um sintonia entre o “saber usar” e o “para quê usar”, uma vez que não utilizamos na fala construções como “Dar-te-ei a coroa”, em que é evidente a diferença de tratamento conferido.

Essa seleção também foi influenciada pela experiência que tive ao longo de 17 anos de magistério. Não raro, fui questionada por alunos o porquê de ensinar mesóclise como parte do currículo escolar se não utilizamos na fala, ainda mais porque sentem uma grande dificuldade quando o assunto “pronomes oblíquos” lhes é apresentado⁵. Segundo Lopes Rossi (2006):

⁵ Seria muito pertinente e necessário uma complementação desta investigação documental por uma pesquisa de campo que aliasse métodos etnográficos para compreender o funcionamento deste problema de pesquisa na prática, de forma mais aprofundada. (foge ao escopo da presente investigação).

A gramática normativa ignora que certas formas dos pronomes oblíquos estão fora de uso há décadas, que a língua falada coloquial apresenta outra gramática com relação aos pronomes oblíquos e que a língua forma escrita usada na imprensa brasileira determina certo padrão formal culto que se impõe com sucesso e não coincide exatamente com a norma padrão (LOPES-ROSSI, 2006, p.73).

4 O CONTRASTE ENTRE TRADIÇÃO, PRÁTICAS EDUCACIONAIS E INOVAÇÃO CIENTÍFICA POR MEIO DA ANÁLISE DE GRAMÁTICOS

Os pronomes pessoais átonos ou clíticos me, te, se, o, lhe expressam argumentos verbais, colocando-se antes ou depois de verbo no PE, e predominantemente antes no PB.

Ao longo da história do Português, observou-se certa mobilidade de colocação dos clíticos, predominando inicialmente a ênclise, até o século XIV, começando então o domínio da próclise, até o século XVI.

GT – Na Gramática de Cunha e Cintra (2009) a próclise é de regra nas orações: com as negativas não, nunca, jamais, ninguém, nada, etc., sem pausa; iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos; iniciadas por palavras exclamativas e nas que exprimem desejo (optativas); subordinadas desenvolvidas, mesmo com conjunções elípticas; e com o gerúndio regido da preposição em. Segundo os autores, são de tendência proclítica, na Português do Brasil: o verbo antecedido de certos advérbios (bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc.) ou expressões adverbiais, sem pausa; a oração, invertida, iniciada por objeto direto ou predicativo; o sujeito, anteposto ao verbo, com o numeral ambos ou algum dos pronomes 38 indefinidos (todo, tudo, alguém, outro, qualquer, etc.); e as orações alternativas. Se houver pausa, poderá ocorrer a ênclise. Com verbo no futuro do presente e do pretérito é facultativo o uso da próclise ou com verbo no futuro do presente e do pretérito é facultativo o uso da próclise ou da mesóclise, assim como é facultativa a ênclise ou a próclise com os infinitivos soltos, ainda que haja a presença da negação. Aí, os autores destacam a tendência enclítica.

Assim como a próclise, a ênclise não pode ser usada com os participípios, mas é de rigor com os pronomes os, as e com o infinitivo regido da preposição “a”. A posposição do pronome ao verbo é obrigatória, em Cunha e Cintra (2009), quando a palavra atratora não se referir ao verbo. Cunha e Cintra (2009), consideram como característica do português do Brasil e o falado pelas repúblicas africanas os seguintes contextos: o uso da próclise em início de frase, principalmente da forma me; a preferência da próclise em orações absolutas, principais e coordenadas que não sejam iniciadas por vocábulo que exija essa colocação.

GE- A gramática Escolar segue as mesmas regras que as

gramáticas tradicionais, transmitindo seus conteúdos nas escolas com suas teorias fundidas na GT. O ensino da colocação pronominal obedece às mesmas regras dos gramáticos sem levar em conta a questão de que o aluno está inserido em vários contextos e por isso as variedades da língua é muito presente na vivência de cada um. Muitos têm dificuldades de assimilar tantas regras e imposições. O enfoque na colocação pronominal está ligado na questão do uso da mesóclise, por que terão que aprender se não falam assim? Esse tipo de colocação está fincado nas raízes europeias.

GC- A gramática Pedagógica do Português Brasileiro de Marcos Bagno, afirma que “a regra geral do PB é a próclise” – é o oposto perfeito de tudo o que dizem aqueles que insistem em afirmar que a ênclise é a “regra geral” da colocação pronominal, no que, infelizmente, são acompanhados por muitos autores de livros didáticos. De tudo que foi dito a regra única de colocação dos clíticos: próclise ao verbo principal.

Um compêndio descritivo-normativo sobre a língua é, simplesmente, a gramática em forma de um livro de normas e regras. Vale ressaltar que todo livro é escrito por alguém e, portanto carregado de opções políticas e visões de mundo. Portanto quando optamos por um deles estamos em contato com uma visão específica da língua.

Podemos sintetizar as ocorrências da regra; única de colocação dos clíticos no PB no seguinte quadro:

Quadro 1 - Ocorrências da regra de colocação pronominal no PB

Regra única	Ambiente sintático	Exemplo
No PB os clíticos se posicionam	Início de frase	Me incomoda muito o comportamento de Ana.

sempre antes do verbo principal (próclise).	Aux + infinitivo	Ana disse que pode te ajudar.
	Aux. + part. pass	Ana tem nos ajudado bastante.
	Aux + gerúndio	Ana estava te procurando.
	Aux + part. pass	Ana tinha chegado cedo de manhã e me telefonado
	Imperativo	Se vire para eu ver como ficou a saia!

Sobre a mesóclise, podemos dizer que seu artificialismo é tamanho, que os manuais de redação das grandes empresas jornalísticas já baniram definitivamente essa colocação para o arquivo morto das formas linguísticas extintas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia de pós-graduação foi construída com o objetivo de analisar os diferentes aspectos sobre a questão da variação linguística e o preconceito linguístico. Diferentes formas de estudos e pesquisas delinearam as etapas deste trabalho.

É de grande relevância o conceito das variações do PB, aqui apresentado para demonstrar que não existe uma língua homogênea, e que a língua falada não é o mesmo “Português do Brasil” cercado de regras, raízes fincadas num conservadorismo proveniente das línguas hindus e da influência

européia. Também foi abordada a questão do preconceito linguístico e o estigma do “certo” e “errado”.

A abordagem das três gramáticas, por meio de um estudo contrastivo, com a finalidade de analisar o foco de cada uma a respeito da colocação pronominal, descrevendo também um quadro de pronomes e as regras de colocação pronominal em PB foi um elemento básico para a execução desse trabalho. Através da investigação desses pontos em três gramáticas relevantemente modernas que pudemos analisar dados do português falado ou escrito no Brasil. Notadamente, algumas dessas gramáticas permanecem mais fiéis à tradição gramatical. Mas também existem outras gramáticas que pretendiam apresentar uma proposta equilibrada entre a tradição e as pesquisas linguísticas. Pudemos observar que alguns teóricos trouxeram propostas mais inovadores e se comprometeram a descrever o quadro pronominal usado no Brasil. Esses autores também rejeitaram categoricamente a ênclise como uma regra geral de colocação pronominal no PB, demonstrando que é possível aceitar variações do PB que são rejeitadas pelas gramáticas tradicionais.

Assim, pensamos em uma língua que não seja excludente, mas inclusiva, de modo que não haja mais a divisão entre “cultos” e “ignorantes” em que o domínio da norma culta seja o fator arbitrário. Assim como a língua sofre mudanças em períodos breves, provando a dinamicidade que a fala provoca, o ensino da língua deveria considerar esse fenômeno para que o preconceito linguístico seja cada vez mais evitado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, M. P. T. Protagonismo face à inevitabilidade da violência: Vozes da rua em "Ocas" e em o Trecheiro. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2012.

ANTUNES, I. *Muito além da gramática – por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editora, 2011.

BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael (Eds). *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BUARQUE, C. *O que é apartação – O apartheid social no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CASTILHO, A. T. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*, São Paulo: Contexto, 2012.

CEREJA, W.; COCHAR, T. M. *Gramática Reflexiva*. São Paulo: Atual, 2009.

COELHO, P. M. C. R. *O tratamento da variação lingüística no livro didático de português*. Dissertação de Mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2007

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 73-84

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MIOTO, C. ET AL. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2000.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

TINHORÃO, J. R. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, 1998.